

Ata de Audiência Pública para apresentação do Relatório de Avaliação das Metas Fiscais referentes ao 3º quadrimestre de 2023.

Aos vinte e nove dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, às dezessete horas e trinta minutos, reuniram-se em Audiência Pública na Câmara Municipal de Vereadores de Salto do Jacuí, o Secretário Municipal de Mineração, Indústria, Comércio, Turismo e Desporto Felipe Luiz da Rosa, a Secretária Municipal da Fazenda Diéssica Taís Adiers, a Assessora Contábil da Prefeitura Municipal Marijara Petter Guimarães e Silva, o vereador José Jair Borges, bem como, pessoas da comunidade e servidoras da Câmara Municipal, para a apresentação do Relatório de Avaliação das Metas Fiscais referentes ao 3º quadrimestre de 2023. A Audiência Pública foi aberta pelo vereador José Jair Borges, que, de imediato, passou a palavra à Secretária Municipal da Fazenda Diéssica e à Assessora Contábil da Prefeitura Municipal Marijara, que apresentaram o Relatório. Inicialmente destacou-se que esta Audiência Pública tem por objetivo abordar, de forma resumida, alguns aspectos considerados mais relevantes da execução orçamentária e financeira do exercício de 2023 e que ela ocorre para atender ao disposto no § 4º do art. 9º, assim como os objetivos previstos no §1º do art. 1º ambos da LC 101/2000. Destacou-se que os números são originários dos relatórios resumidos da execução orçamentária do exercício de 2023, e, para melhores esclarecimentos, os resultados serão apresentados com detalhamentos das informações e acompanhados dos principais aspectos que condicionaram o desempenho da receita e da despesa. Sobre a Receita, conforme o Balanço Orçamentário da Receita, o total previsto estimado na Lei Orçamentária Anual nº 2.786/2022 no montante de R\$ 76.687.417,00. A receita efetivada no período de janeiro a dezembro de 2023 foi de R\$ 85.149.761,55, tendo sido arrecadado, portanto, 111,03% da meta anual. No Poder Executivo foi previsto R\$ 61.736.569,00 e arrecadado R\$ 67.445.190,16, ou seja, foi realizado 109,25%. No RPPS foi previsto R\$ 14.950.848,00 e arrecadado R\$ 17.704.571,39 uma realização de 118,40%. Em quadro demonstrativo, foi apresentada a Receita com discriminação, previsão anual e arrecadação. O total das receitas correntes prevista para o exercício foi de R\$ 68.021.275,50. Os valores realizados corresponderam a R\$ 73.691.792,17, superando a meta estabelecida em 108,34%. Neste grupo as receitas mais significativas são as receitas patrimoniais e as transferências correntes. A receita tributária atingiu no exercício o montante de R\$ 9.379.051,66, que, confrontada com a previsão constante na programação financeira de R\$ 10.549.513,68, representa uma realização de 88,91% da projeção do valor estimado para o ano. Nas Receitas Correntes Tributárias Previstas e

Realizadas, destacou-se que o IPTU arrecadou apenas 60,42% da previsão anual, ou seja, o ingresso previsto para o ano foi de R\$ 6.901.531,80, tendo sido arrecadados R\$ 4.170.579,18. Em relação ao IRRF, a arrecadação no período foi de R\$ 2.236.813,38, o que representa 134,74% do orçado para o exercício que era R\$ 1.659.997,00. Do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI - para o qual foram projetados R\$ 300.000,00, a arrecadação foi de R\$ 879.774,00, 293,25% do valor estabelecido. Em relação ao ISSQN, a arrecadação no período foi de R\$ 1.326.717,10, o que representa 111,48% do orçado para o exercício, que era R\$ 1.190.000,00. Por fim, quanto às Receitas Correntes Tributárias, as taxas apresentaram o ingresso de R\$ 765.168,00, com uma projeção de R\$ 497.984,88, arrecadou-se, portanto, 153,65% da meta anual. Nas Receita Corrente Contribuições, verifica-se que as receitas de contribuições acumularam no ano o valor de R\$ 2.253.364,68, correspondendo a 97,97% da previsão anual, a qual foi estimada em R\$ 2.300.035,00. Nas Contribuições Sociais havia uma previsão de arrecadação de R\$ 1.864.035,00, tendo sido arrecadados R\$ 1.799.747,77, o que representa uma realização de 96,55%. No item Custeio Iluminação Pública foi arrecadado R\$ 453.616,91, que representa 104,04% da previsão de R\$ 436.000,00. No grupo de Transferências da União foi projetado o montante de R\$ 24.277.113,97, e o valor arrecadado no ano de R\$ 23.985.573,41 o que representa 98,80% da projeção anual. Em relação à cota parte do FPM foi realizada 91,42% da previsão de R\$ 17.343.295,00, tendo sido arrecadado R\$ 15.855.278,58. Quanto à cota parte do ITR havia sido previsto R\$ 307.504,80 e foi arrecadado R\$ 326.576,28, o que representa uma realização de 106,20%. Já na cota parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP, foram arrecadados R\$ 376.601,93, diante de uma previsão de R\$ 398.512,14, sendo assim realizado 94,50% do previsto. Na cota parte da Compensação Financeira dos Recursos Hídricos – CFRH havia a previsão de arrecadação de R\$ 3.129.670,00 e foi arrecadado R\$ 2.700.432,64, com uma realização de 86,28%. A cota parte da Compensação Financeira dos Recursos Minerais – CFEM teve uma realização de 62,47%, uma vez que o previsto era R\$ 125.783,00 e foi arrecadado R\$ 78.579,04. Em relação às transferências de Recursos para o Sistema Único de Saúde SUS havia previsão de arrecadar R\$ 2.029.382,40, uma realização de 117,24%, o valor arrecadado foi R\$ 2.739.377,75. Nas transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social FNAS foi arrecadado R\$ 281.932,36, diante de uma previsão de R\$ 214.776,00, apresentando uma realização de 131,26%. Quanto às transferências de Recursos para o Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE havia projeção de R\$ 613.407,98 e foi arrecadado R\$ 748.916,08, tendo sido realizado 122,09%. Já nas transferências do Fundeb foi

realizado 91,14%, uma vez que havia a previsão de R\$ 7.582.935,00 e foi arrecadado R\$ 6.911.645,10. No grupo de Transferências do Estado foi projetado o montante de R\$ 16.535.760,97, e o valor arrecadado no ano de R\$ 18.300.173,24 o que representa 110,67% da projeção anual. Na cota parte do ICMS havia previsão de R\$ 13.275.444,80, tendo sido arrecadado R\$ 13.090.331,99, com uma realização de 98,60%. Na cota parte do IPVA foi realizado 153,04%, diante de uma previsão de R\$ 1.190.957,60 e de uma arrecadação de R\$ 1.822.744,27. Na cota parte do IPI havia uma previsão de R\$ 185.921,60 e foi arrecadado R\$ 130.049,04, o que representa 69,94% de realização. Quanto à transferência de recursos do Estado para Programas de Saúde foi arrecadado R\$ 1.930.507,50, onde havia previsão de R\$ 1.608.888,96, sendo realizado 120,00% do valor projetado. Já na transferência de recursos do Estado para Transporte Escolar havia previsão de R\$ 226.853,30, e foi arrecadado R\$ 281.146,40, apresentando uma realização de 123,93%. Nas Receitas Correntes, na Cota-Parte da Transferência da Compensação Financeira das Perdas com Arrecadação do ICMS- LC nº194/2022, foi arrecadado R\$ 736.372,76, em outras Transferências de recursos da União e de suas entidades –FPM recomposição LC 201/2023, foi arrecadado R\$ 434.197,55. No grupo de Transferências de Capital foi projetado o montante de R\$ 2.101.328,50, e o valor arrecadado no ano de R\$ 4.998.796,05 o que representa 237,88% da projeção anual: Operação de Crédito: R\$ 740.774,73; Alienações de bens: R\$ 743.412,10; Transferências FNDE: R\$ 1.025.685,99; Transferências Convênio União R\$ 1.348.741,10; Transferências Recursos do SUS: R\$ 863.198,21. Em relação às despesas, considerando todas as fontes de recursos, a Despesa Total empenhada apresentou uma execução inferior a Receita Total Realizada, demonstrando um superavit de R\$ 7.022.608,03. Quanto às despesas do Poder Executivo, a previsão atualizada é de R\$ 72.216.996,34 e foi realizado R\$ 66.353.570,38. No RPPS, a previsão atualizada é R\$ 14.950.848,00 e foi realizada R\$ 8.794.172,45. No confronto Receitas x Despesas, no Poder Executivo as receitas realizadas totalizam R\$ 67.445.190,16 e as despesas executadas somam R\$ 66.353.570,38. No RPPS, as receitas realizadas chegaram ao total de R\$ 17.704.571,39 e as despesas executadas somam R\$ 8.794.172,45. No Poder Legislativo as despesas executadas totalizam R\$ 2.979.410,69. Considerando a receita total realizada (R\$ 85.149.761,55) em confronto com a despesas totais executadas (R\$ 78.127.153,52), chegamos a um resultado orçamentário de R\$ 7.022.608,03. No encerramento do Exercício foram apresentados os seguintes índices: Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB): 28,74%; Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS): 27,66%; Índice com gastos em Despesa c/ pessoal: 53,77%. Após a leitura do relatório,

Diéssica e Marijara abriram espaço aos presentes para manifestações. Nada mais havendo a se tratar, às dezoito horas foram encerrados os trabalhos. Segue em anexo à presente Ata a lista de presença.